ATA N.º 01

Sessão Ordinária de dezembro de 2025	Reunião de 29-12-2025

--- Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas quinze horas, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal do Concelho de Santa Cruz, na sala de reuniões da Incubadora de Empresas de Santa Cruz das Flores, sob a Presidência de Hernâni Mendonça Peixoto, tendo como primeiro secretário Danny Mendonça Nóia e José Henrique Coelho da Costa como segundo-secretário. ----------

--- Feita a chamada, responderam os seguintes deputados municipais: Dora Maria de Castro e Câmara Freitas Valadão, Sérgio André Teixeira Ferreira, Carlos Manuel da Silva, Hernâni Mendonça Peixoto, Danny Mendonça Nóia, Adelina Maria Sousa Silveira em substituição de Cecília Maria Soares Estácio, Carla Alexandra Avelar Nóia, Bernadete Nóia Pacheco, Elmar Filipe Resendes Braga, Nelson José da Silveira Pimentel em substituição de Énia Cristina Casimiro Fontes, Anselmo Gaspar Cravinho Furtado, Sénia Sofia Andrade Câmara, José Luis Fernandes em substituição de Rogério Luis Pimentel Barcelos, José Henrique Coelho da Costa, António Florentino Melo Rezendes, Eduardo Manuel de Sousa Melo, Presidente da Junta de Freguesia da Caveira, Eduardo Manuel Maiato Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia dos Cedros, Ricardo Soares Barcelos, Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Delgada e Paulo Jorge Jacinto Ramos em substituição de Antero Pereira de Sousa, Presidente da Junta de Santa Cruz. ----------

--- Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes a Sra. Presidente da Câmara, Maria Elizabete Avelar Nóia, o Sr. Vice-Presidente Fábio dos Milagres Rosário Medina e os Srs. Vereadores Daniel Filipe Esteves Miranda, Graça Isabel Pacheco de Sousa e Ivan Marino Gomes Castro. ----------

Verificado o quórum, o Presidente da Mesa deu início à sessão. ----------

--- **Período de Antes da Ordem do Dia:** ----------

--- Tomou a palavra o Presidente da Mesa para informar sobre a constituição dos grupos municipais que apresentaram proposta, em que o grupo municipal do Partido Socialista ficará constituído por Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão, Presidente do grupo municipal, Bernadete Nóia Pacheco, Vice-Presidente do grupo municipal, e pelos

restantes membros que integram o grupo, nomeadamente, Danny Mendonça Nóia, Sénia Sofia Andrade Câmara, Antero Pereira de Sousa, Eduardo Manuel Sousa Melo e Ricardo Soares Barcelos. O grupo municipal do Movimento Cívico pelo Concelho ficará constituído por Carla Alexandra Avelar Nóia, Presidente do grupo municipal, Carlos Manuel da Silva e José Henrique Coelho da Costa, Vice-Presidentes do grupo municipal, e ainda pelo deputado Nelson José da Silveira Pimentel. Por fim, o grupo municipal do CDS-PP ficará constituído por Anselmo Gaspar Cravinho Furtado, Presidente do grupo municipal, e por Hernâni Mendonça Peixoto. ----------

--- Discutida e votada, a ata n.º 04/2025 da reunião ordinária de setembro de dois mil e vinte e cinco foi aprovada por maioria. ----------

--- Tomou a palavra o Presidente da Mesa que reforçou que o objetivo para este mandato é deixar o concelho melhor do que atualmente. ----------

--- Apresentação, discussão e votação de propostas de recomendação ou resolução sobre Assuntos de Interesse para o Município. ----------

--- Tomou a palavra o deputado José Henrique Costa que congratulou a Sra. Presidente da Câmara pela sua eleição para a mesa da Assembleia Intermunicipal da AMRAA. Propôs ainda, que as reuniões da Assembleia Municipal passem a ser realizadas no horário pós-laboral. ----------

--- Tomou a palavra o Presidente da Mesa que informou que relativamente à proposta para alteração do horário das reuniões, o atual regimento terá que ser revisto, pelo que propôs remeter a proposta à Comissão Permanente após a sua instalação. ----------

--- Tratamento de Assuntos de Interesse para a Autarquia. ----------

--- Tomou a palavra o deputado José Henrique Costa que propôs que a Câmara Municipal faça uma vistoria e manutenção, de modo, a colocar as bocas de incêndio operacionais. Questionou o ponto de situação da isenção do IMI para os bombeiros. Ainda no âmbito dos apoios aos bombeiros, referiu que, o programa eleitoral do MCC tinha um apoio de quarenta mil euros à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Santa Cruz das Flores, pelo que questionou em que rubrica dor orçamento se enquadra, e como será feita a sua entrega ou se a associação deverá fazer algum pedido formal. ----------

--- Tomou a palavra a Sra. Presidente da Câmara que iniciou o seu discurso desejando votos de um bom trabalho, uma vez que é ambição de todos, independentemente da cor partidária representada. Referiu ainda, que o executivo camarário estará sempre disponível para ajudar, quer no âmbito das suas instalações ou fora. Em resposta, ao deputado José

Henrique Costa, explicou que a Câmara Municipal já reuniu com o Comandante e com a Direção dos Bombeiros, em que em conjunto será realizada uma vistoria a todas as bocas de incêndio do concelho. Explicou ainda, que a equipa do município responsável pelas águas em conjunto com o técnico localizaram todas as bocas de incêndio, e que neste momento, aguardam que os canalizadores façam uma vistoria em conjunto com um técnico da Proteção Civil ou pela pessoa indicada para o efeito. Em relação à isenção do IMI, explicou que o mesmo deverá ser estabelecido através de regimento municipal, e que as isenções terão que ser dadas pelo Serviço de Finanças e não pela Autarquia. No entanto, explicou que será elaborado um regimento de apoio para que possa se discutido e votado em reunião de Assembleia Municipal. Por fim, referiu que o apoio de quarenta mil euros à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários está inscrito na rubrica "instituições sem fins lucrativos", e caso o orçamento seja aprovado, a Câmara Municipal irá proceder à transferência da verba. ----------

--- Tomou a palavra o deputado Anselmo Furtado que citou a notícia do Jornal Expresso sobre a mortalidade, em que verificou que Santa Cruz está em segundo lugar e os Açores em primeiro lugar como os lugares com maior taxa de mortalidade. As causas são as condições socioeconómicas, condições de trabalho, fatores ambientais e comportamentais, e ainda, os acessos a cuidados de saúde. Assim, sendo a autarquia o poder mais próximo dos cidadãos e a sua principal referência na resolução dos seus problemas, questionou quais as metas e soluções tem a Sra. Presidente da Câmara para reduzir a taxa de mortalidade no nosso concelho nos próximos quatro anos. Por fim, sendo a prática de desporto fundamental para uma saúde reforçada, e como meio de inclusão e aproximação da comunidade, explicou que a maior freguesia do concelho, Ponta Delgada, tem um clube de futebol com vários escalões de formação, entre eles Séniores e Veteranos, com provas ganhas no futsal. Assim, questionou o ponto de situação das obras do pavilhão gimnodesportivo de Ponta Delgada e para quando a sua utilização pelo próprio clube e mais interessados. ----------

--- Tomou a palavra a Sra. Presidente da Câmara que informou ter recebido a notícia com alguma preocupação, e aquando da visita estatutária do Governo Regional no dia dois de dezembro demonstrou a preocupação à Secretária da Direção Regional da Saúde. Explicou que, é necessário analisar as causas para taxa de mortalidade ser elevada, se está ligada à falta de diagnóstico ou de médicos, uma vez que a ilha não possui hospital, ou se ainda há atraso nas deslocações dos doentes para fora da ilha, se existe diagnósticos tardios, e se o

acompanhamento prévio está a ser feito. Referiu que, a Secretária da Direção Regional da Saúde iria analisar as fichas de óbito e posteriormente, iria remeter à Câmara Municipal a informação recolhida. Referiu ainda, que o atual executivo já possui algumas medidas em vigor, como é o caso do apoio à Comparticipação de Medicamentos, no entanto, é intenção da Câmara Municipal revê-lo para que contemple qualquer despesa médica, pretende manter o Programa de Incentivo à Natalidade e elaborar um regulamento de apoio às crianças com dificuldades neuro divergentes, de modo, a reembolsar qualquer gasto com despesas de saúde. Explicou ainda, que a Câmara Municipal pretende apostar no desporto, em que existe uma vaga disponível no quadro de pessoal para um Técnico de Desporto, de modo a garantir a promoção e prevenção de doenças, promovendo hábitos de vida saudável e consequentemente, ter um concelho mais ativo. Em relação aos apoios, finalizou referindo que pretende apoiar os doentes da Machado Joseph, em que a Câmara Municipal irá reunir com a Associação Mão Amiga. Por fim, referiu que as obras do pavilhão de Ponta Delgada estão concluídas, em que houve uma vistoria por parte da Associação de Futebol da Horta, em que o pavilhão já se encontra operacional e apto para a realização de jogos. ----------

--- Tomou a palavra a deputada Dora Valadão que questionou o ponto de situação do PDM, e se os atrasos existentes na entrega do PDM terão algum problema com futuros apoios ou se fundos comunitários poderão ser rejeitados. ----------

--- A Sra. Presidente da Câmara informou que na última reunião da Associação de Municípios em que esteve presente, no dia vinte e cinco de novembro, foi deliberado pelos membros do conselho de administração solicitar junto do Governo Regional a prorrogação do prazo de revisão dos PDM até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e seis, pedido esse que foi aceite, pelo que, durante este ano não haverá nenhum problema com os apoios, no entanto, será necessário cumprir este prazo, uma vez que não haverá mais nenhuma prorrogação. Informou ainda, que o PDM se encontra na segunda fase, que é a fase do relatório de avaliação ambiental, sendo mais complexa e demorosa. Referiu que, foi solicitado pareceres às entidades competentes, e que foi dado conhecimento dos pareceres e sugestões de alterações à empresa que está a elaborar, tendo como data prevista de entrega do relatório no final do mês de janeiro. Por fim, esclareceu que após a entrega do relatório será feita uma reunião com a comissão, composta pela Câmara Municipal e pelas entidades competentes da ilha, em que será elaborado um relatório final e enviado para o

Governo Regional, e que após aprovação virá para a reunião de Assembleia Municipal para apreciação e votação. ----------

--- **Terminado o Período de Antes da Ordem do Dia, passou-se ao Período da Ordem do Dia através do ponto um – Apreciação da Informação escrita, financeira e patrimonial do Sr. Presidente da Câmara à qual se refere a alínea e) do número dois do artigo 9.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;** ----------

--- Tomou a palavra a Sra. Presidente da Câmara que explicou que o período se prende desde tomada de posse até ao dia dez de dezembro, data em que foi enviada previamente para constar na convocatória desta reunião, e que inclui os trabalhos de limpeza e de ornamentação das iluminações e decorações de natal. Explicou ainda, que o executivo camarário reuniu com todas as forças políticas para ouvir as propostas para incluir no plano e orçamento de dois mil e vinte e seis; que reuniu com o Governo Regional e com a AMRAA; e que durante as reuniões de câmara foram deliberados alguns apoios, desde manuais escolares a bolsas de estudo, dada a época letiva. ----------

--- Tomou a palavra o deputado Sérgio Ferreira que ressalvou que a lista de apoios às bolsas de estudo parecia estar incompleta, dada a pouca quantidade de bolsas aprovadas. -

--- A Sra. Presidente da Câmara explicou que as bolsas de estudo que constam no documento foram apenas as que foram aprovadas com o atual executivo. No entanto, ressalvou ter conhecimento que existem outras bolsas aprovadas pelo anterior executivo, do qual já foram processados pagamentos. ----------

--- **Ponto Dois – Proposta de autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual – Assessoria ao Setor da contabilidade, para apreciação e votação;** -------

--- Tomou a palavra a Sra. Presidente da Câmara que explicou que a proposta de autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual decorre de uma necessidade da lei, em que prevê a autorização prévia da Assembleia Municipal para a despesa dos próximos anos económicos. ----------

--- Discutido e votado o documento foi aprovado por unanimidade com sete votos do PS, cinco votos favoráveis do PSD, quatro votos favoráveis do MCC, dois votos favoráveis do CDS-PP e um voto favorável do CHEGA. ----------

--- **Ponto Três – Proposta de autorização prévia genérica para a assunção de compromisso plurianual, para apreciação e votação;** ----------

--- A Sra. Presidente da Câmara informou que é necessário que a Assembleia Municipal dê autorização à Câmara Municipal que aquando da elaboração de contratos possa ter a

comparticipação de encargos, desde que não exceda os quinhentos mil euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e que o prazo de execução seja de três anos. ----------

--- Discutido e votado o documento foi aprovado por unanimidade com sete votos do PS, cinco votos favoráveis do PSD, quatro votos favoráveis do MCC, dois votos favoráveis do CDS-PP e um voto favorável do CHEGA. ----------

--- **Ponto Quatro – Proposta de Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2026, para apreciação e votação**; ----------

--- Tomou a palavra a Sra. Presidente da Câmara que explicou que a taxa proposta é a mínima, e que a aplicação desta medida terá impactos na redução da carga fiscal sobre as famílias, permitindo maior disponibilidade de rendimento para consumo e investimento local; estimular a fixação de população e natalidade; diminuir a receita do IMI e ainda, trazer benefícios sociais e económicos para os agregados familiar. ----------

--- Tomou a palavra a deputada Dora Valadão que apresentou declaração de voto do grupo municipal do Partido Socialista, a informar que o grupo municipal irá votar favoravelmente esta e as próximas propostas, porque entende que é necessário continuar a apoiar as famílias, nomeadamente, do nosso concelho porque precisam destes apoios que a Câmara Municipal dá. ----------

--- Discutido e votado o documento foi aprovado por unanimidade com sete votos do PS, cinco votos favoráveis do PSD, quatro votos favoráveis do MCC, dois votos favoráveis do CDS-PP e um voto favorável do CHEGA. ----------

--- **Ponto Cinco – Proposta de Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2026, para apreciação e votação;** ----------

--- Tomou a palavra a Sra. Presidente da Câmara que informou que esta é uma receita do município, que tem como base a aplicação de um percentual sobra cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicação eletrónicas acessíveis ao público, e em local fixo, para todos os clientes finais na área correspondente ao município. Assim, propõe a aplicação de zero vírgula vinte e cinco por cento relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem. ----------

--- Discutido e votado o documento foi aprovado por unanimidade com sete votos do PS, cinco votos favoráveis do PSD, quatro votos favoráveis do MCC, dois votos favoráveis do CDS-PP e um voto favorável do CHEGA. ----------

--- Ponto Seis – Proposta de Redução de Taxa de IMI para famílias com dependentes para 2026, para apreciação e votação; ----------

--- A Sra. Presidente da Câmara que informou que a Proposta de Redução da Taxa de IMI decorre do código do IMI, dando à autarquia o poder de reduzir o IMI para as famílias com dependentes a seu cargo. Assim, propõe que seja reduzido em trinta euros para as famílias com um dependente, em setenta euros para as famílias com dois dependentes e em cento e quarenta euros para as famílias com três ou mais dependentes. Explicou ainda, que esses valores são dados pelo Serviço de Finanças e não pela autarquia, no entanto, é intenção da Câmara Municipal promover a natalidade e a fixação de famílias no concelho. ----------

--- Discutido e votado o documento foi aprovado por unanimidade com sete votos do PS, cinco votos favoráveis do PSD, quatro votos favoráveis do MCC, dois votos favoráveis do CDS-PP e um voto favorável do CHEGA. ----------

--- Ponto Sete – Proposta de Participação Variável no IRS para o ano de 2026, para apreciação e votação; ----------

--- Tomou a palavra a Sra. Presidente da Câmara que propôs a participação variável de cinco por cento no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunstância territorial, relativamente aos rendimentos do ano anterior, que é calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no número um do artigo setenta e oito do Código do IRS. Explicou ainda, que tem por base reduzir o esforço das famílias, sendo que a autarquia prescinde na totalidade da participação, sendo que a percentagem dos cinco por cento reverterá a favor dos sujeitos passivos. ----------

--- Discutido e votado o documento foi aprovado por unanimidade com sete votos do PS, cinco votos favoráveis do PSD, quatro votos favoráveis do MCC, dois votos favoráveis do CDS-PP e um voto favorável do CHEGA. ----------

--- Ponto Oito – Estrutura do Mapa de Pessoal para o ano de 2026, para apreciação e votação; ----------

--- Tomou a palavra a Sra. Presidente da Câmara que explicou que a estrutura do Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e vinte e seis contempla os trabalhadores que a autarquia têm e aqueles que pretendemos contratar, sendo que irá abrir vaga para três técnicos superiores, um na área do desporto, um na área de história e um na área de gestão. Referiu que, recentemente a Câmara Municipal abriu o gabinete de apoio ao empresário, que conta com um técnico superior de gestão da contratação pública, pelo que será necessária uma nova contratação nessa área. Referiu ainda, que é importante a promoção do desporto, pelo

que a Câmara Municipal acha necessário a contratação de um técnico superior na área. Por fim, informou que consta a contratação de seis assistentes operacionais, nomeadamente, para a área dos resíduos e para o corte de ervas e limpeza dos caminhos. ----------

--- Tomou a palavra o deputado Sérgio Ferreira que referiu que a colocação de dois técnicos, um na área do desporto e outro na área da cultura, nesta altura é extemporâneo e não reflete as reais prioridades do concelho. Extemporâneo porque não estão definidos de forma clara os objetivos estratégicos e investimentos prioritários para o concelho nas duas áreas, e porque não há projetos desportistas ou culturais que justifiquem técnicos superiores. Reforça a importância de primeiro se estruturar e só depois contratar. Por fim, diz que não reflete as reais necessidades do concelho porque há outras prioridades que continuam a ser descobertas, nomeadamente, a questão jurídica e dos serviços de veterinário da Câmara Municipal. ----------

--- A Sra. Presidente da Câmara explicou que a Câmara Municipal para estruturar um plano tem que ter técnicos e alguém da área para elaborar um plano com atividades adequadas a cada área. Em relação, ao veterinário municipal, explicou que a Câmara Municipal não dispõe de instalações e que é necessário a criação de um CROA para que possa exercer a sua atividade. No entanto, referiu que está contemplado no plano e orçamento a construção de um CROA, e que depois a Câmara irá avançar com a contratação de um veterinário municipal. Por fim, explicou que nos vinte anos de serviço em que esteve na autarquia, houve uma jurista, no entanto, a maior parte das vezes apenas se especializa numa única área, pelo que será mais barato a autarquia contratar um gabinete especializado e multifacetado. ----------

--- O deputado Sérgio Ferreira explicou que seria mais benéfico que a população do concelho tivesse alguém presencial para que pudessem se deslocar ao município e esclarecer as suas dúvidas. ----------

--- A Sra. Presidente da Câmara explicou que o gabinete jurídico é apenas para uso interno da Câmara Municipal, e segundo a explicação do deputado entendeu que, queria um gabinete que servisse a autarquia e os munícipes. No entanto, explicou que não está no âmbito das competências da autarquia, e que na maioria das vezes as pessoas que iriam usufruir do gabinete, seria as mesmas pessoas que possuem algum tipo de processo nos serviços da autarquia e iria gerar conflito de interesses. ----------

--- Discutido e votado o documento foi aprovado por maioria com sete votos do PS, quatro votos favoráveis do MCC, dois votos favoráveis do CDS-PP, um voto favorável da Junta de Freguesia dos Cedros, quatro votos contra do PSD e uma abstenção do CHEGA. ------

--- Ponto Nove – Proposta de Orçamento e das Grandes Opções do Plano, para o ano de 2026, para apreciação e votação; ----------

--- Tomou a palavra a Sra. Presidente da Câmara explicou que esta é uma proposta para o ano de dois mil e vinte e seis, para que a Câmara Municipal possa fazer e executar durante o próximo ano, onde possui uma despesa global de cinco milhões quatrocentos e dezanove euros e seiscentos e quarenta e quatro euros, sendo que a maior parte d o valor vêm do orçamento de estado e de fundos comunitários. Explicou ainda, que este foi um orçamento construído em diálogo com todas as forças políticas, e lendo os manifestos de cada candidatura, entende-se que as prioridades para o concelho são as mesmas, e o orçamento interpreta essas prioridades, desde do loteamento da Terça, à aquisição de imóveis para habitação nas diversas freguesias, à construção de um loteamento industrial nos Vales, à construção de miradouros que foi proposto pelo grupo municipal do Partido Social Democrata, à revisão dos regulamentos dos apoios socias que foi proposto pelos grupos municipais do Partido Socialista e do CDS-PP, e à resolução dos problemas de habitação no concelho proposto pelo grupo municipal do CHEGA. Assim, conseguimos elaborar um documento que é consensual e que tem medidas de todos para o concelho. Referiu ainda, que o plano e orçamento contém projetos que vêm do executivo anterior, e que o atual executivo pretende manter, como a aquisição de material e equipamento vestuário para os bombeiros e o projeto do mercado municipal e centro intergeracional. Por fim, informou que este orçamento prevê apoios às Juntas de Freguesia do concelho e a construção de um ATL. ----------

--- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa que enalteceu a importância de incluir a Assembleia Municipal na elaboração do plano e orçamento, reforçando assim o relacionamento entre a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal. Agradeceu a disponibilidade demonstrada pela Sra. Presidente da Câmara em incluir as ideias e propostas dos diversos grupos municipais em prol do concelho. Agradeceu ainda, em nome pessoal e da mesa, por esta Assembleia Municipal ser mais dinâmica e participativa. -----

--- Tomou a palavra a deputada Carla Nóia que em primeiro lugar, informou que foram cumpridas as regras de equilíbrio orçamental, nomeadamente no sistema de análise de gestão contabilística, que é a base para proceder à elaboração deste documento. Em

segundo lugar, explicou que o documento contém medidas que têm um impacto direto nas famílias, como é o caso das medidas que foram implementadas na habitação, desde recuperação da habitação degradada, ao loteamento da terça, à criação de um regulamento de apoio ao arrendamento, à manutenção dos regulamentos existentes dos apoios sociais, reforçando a contribuição para a fixação de pessoas no concelho. Em terceiro lugar, reforçou o foco no desenvolvimento económico, que é um dado crucial para esse desenvolvimento, e também com a construção do mercado municipal, com a criação de um regulamento que permite apoio à criação de emprego e à construção do parque empresarial, que certamente irá contribuir para a revitalização económica. Em quarto lugar, a formulação da capacidade adicional de equipamentos com a inclusão de veículos para o transporte escolar, recolha de resíduos, a renovação da escola de Ponta Delgada em Centro de Dia, a construção de um Centro de Recolha Animal que tem que ser uma realidade e uma medida implementada. O apoio às associações culturais e de desenvolvimento cultural, em que há uma rubrica inscrita para o auditório municipal, uma vez que o auditório foi uma construção fundamental para o desenvolvimento do concelho, mas necessita de ser dinamizado e aproveitado. Por último, enalteceu a importância do princípio lógico muito substancial nas verbas atribuídas às juntas de freguesia, uma vez que são elas o primeiro meio com que a população tem contacto quando precisam de algo, por estarem perto e por verem as reais necessidades de quem lá vive. Reforçou que por serem juntas pequenas acabam por receber poucas verbas do FEF, pelo que é importante este tipo de apoios. Assim, reafirmou que o grupo municipal do Movimento Cívico pelo Concelho irá votar favoravelmente. ----------

--- Tomou a palavra o deputado Anselmo Furtado que afirmou que este orçamento é o orçamento que desde há muitos anos não é acompanhado por uma maioria robusta que está em governo. Reforçou que não é um orçamento do PSD, do PS, do CDS-PP ou do CHEGA, mas sim o orçamento de quem ganhou as eleições, é o orçamento do Movimento Cívico pelo Concelho. Reafirmou que, este orçamento possui algo diferente, por ser um orçamento que une propostas de todas as forças políticas. Enalteceu que, a Sra. Presidente da Câmara teve a humildade e a coragem de ouvir todos e aceitar os contributos positivos, por essa razão, é o nosso orçamento. Por fim, referiu que as juntas possuem um aumento de cinquenta por cento global, que há também um reforço nos apoios sociais, na promoção e apoio à prática do desporto, valorizando os jovens e idosos do concelho, que contribui para uma sustentabilidade económica e ambiental. Assim, afirmou que o grupo municipal

do CDS-PP irá votar favoravelmente e lança o desafio de todas as forças políticas a votar favoravelmente o orçamento. ----------

--- Tomou a palavra a deputada Dora Valadão que afirmou que o grupo municipal do Partido Socialista irá votar favoravelmente o plano e orçamento previsto para o ano corrente, considerando que este foi elaborado com a participação e consulta a todas as forças políticas. Destaca que, o plano dá continuidade ao trabalho desenvolvido no concelho e que têm como objetivos principais promover o progresso local, atrair e fixar população, especialmente jovens, e melhorar a qualidade de vida. Salientou ainda, a importância das políticas de apoio social, educação, emprego e habitação referindo medidas como apoios escolares e bolsas municipais. Defende que estas iniciativas ajudam famílias, fortalecem a economia local e contribuem para o desenvolvimento sustentável do concelho. ----------

--- Tomou a palavra o deputado Sérgio Ferreira que destaca a importância da participação e do debate nas assembleias, defendendo que as diferentes forças políticas devem ser ouvidas e contribuir com propostas. Refere que o diálogo e o envolvimento político são essenciais para o funcionamento democrático e para a tomada de decisões. Em relação ao orçamento, considera que deve ser discutido e analisado por todos, embora reconheça que alcançar unanimidade nem sempre é possível ou comum noutros concelhos. Ainda assim, sublinha a relevância do debate e da cooperação entre as partes, pelo que o grupo municipal do Partido Social Democrata irá votar favoravelmente. ----------

--- Tomou a palavra o deputado António Rezendes que afirma que a bancada do CHEGA irá votar favoravelmente por considerar que se trata de um plano e orçamento para o ano corrente. ----------

--- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Delgada que questionou o previsto para obras na freguesia, nomeadamente, na reparação e asfaltagem da estrada das Cancelas Velhas e se haverá alguma alteração no projeto do complexo balnear ou o projeto inicial irá se manter. Por fim, desejou a continuação de um bom trabalho nos próximos meses, sempre em prol do concelho. ----------

--- Tomou a palavra a Sra. Presidente da Câmara que referiu não fazer sentido abrir uma rubrica para cada reparação que a Câmara Municipal pretenda fazer, mas disse que tinha intenção fazer a reparação e asfaltagem da estrada das Cancelas Velhas, caminho esse que é usado por muitos agricultores da freguesia. Referiu ainda, que pretende avançar com a abertura do Caminho do Maranhão e com o Caminho das Hortas. Sobre o complexo

balnear, pretende continuar com a proposta do projeto, uma vez que Ponta Delgada precisa de uma infraestrutura turística que atrai pessoas, pois por ser a freguesia mais afastada dos centros urbanos, é necessário criar alguma produtividade. Por fim, informou que existe a autorização para no próximo ano proceder com o arranjo no Porto de Pescas, com a melhoria do acesso ao mar em condições e com a criação de uma zona balnear, sendo que com a revisão do PDM vamos verificar o enquadramento primeiro para o complexo turístico e só depois para a zona balnear. Informou ainda, que é intenção do atual executivo a construção de um Centro de Dia na freguesia. ----------

--- Discutido e votado o documento foi aprovado por unanimidade com sete votos do PS, cinco votos favoráveis do PSD, quatro votos favoráveis do MCC, dois votos favoráveis do CDS-PP e um voto favorável do CHEGA. ----------

--- **Ponto Nove A – Normas de execução orçamental 2026, para apreciação e votação**;

--- A Sra. Presidente da Câmara referiu que este é um documento complementar que possui as normas internas dos procedimentos para a execução do orçamento. ----------

--- Discutido e votado o documento foi aprovado por unanimidade com sete votos do PS, cinco votos favoráveis do PSD, quatro votos favoráveis do MCC, dois votos favoráveis do CDS-PP e um voto favorável do CHEGA. ----------

--- **Ponto Dez – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores e a Junta de Freguesia de Santa Cruz, para apreciação e votação**; ----------

--- Tomou a palavra a Sra. Presidente da Câmara que informou que os contratos foram feitos em conjunto com os Presidentes de Junta, de acordo com as suas necessidades, e que o valor atribuído foi de acordo com os planos previstos para os próximos quatro anos. Salientou que para além do apoio monetário atribuído, que a Câmara Municipal estará sempre disponível para complementar com maquinaria e com a disponibilização de mão de obra. ----------

--- Discutido e votado o documento foi aprovado por unanimidade com sete votos do PS, cinco votos favoráveis do PSD, quatro votos favoráveis do MCC, dois votos favoráveis do CDS-PP e um voto favorável do CHEGA. ----------

--- **Ponto Onze – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores e a Junta de Freguesia de Ponta Delgada, para apreciação e votação;** ----------

--- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Ponta Delgada referindo que a limpeza e manutenção das ribeiras apesar de, ser competência da Câmara Municipal, a junta recebia mil euros para efetuar o trabalho, no entanto, dada a quantidade de ribeiras e a extensão das mesmas, o valor tornava-se pequeno, pelo que é com grande agrado que vê um reforço de doze mil e quinhentos euros. ----------

--- Discutido e votado o documento foi aprovado por unanimidade com sete votos do PS, cinco votos favoráveis do PSD, quatro votos favoráveis do MCC, dois votos favoráveis do CDS-PP e um voto favorável do CHEGA. ----------

--- **Ponto Doze – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores e a Junta de Freguesia dos Cedros, para apreciação e votação;** ----------

--- Discutido e votado o documento foi aprovado por unanimidade com sete votos do PS, cinco votos favoráveis do PSD, quatro votos favoráveis do MCC, dois votos favoráveis do CDS-PP e um voto favorável do CHEGA. ----------

--- **Ponto Treze – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores e a Junta de Freguesia da Caveira, para apreciação e votação**; ----------

--- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Caveira que mostrou satisfação com o aumento do valor global da delegação de competências. Explicou que, as despesas da manutenção do merendário era assegurado pela junta de freguesia, sendo que a partir de agora irá receber um valor para continuar a assegurar a sua manutenção. -------

--- Discutido e votado o documento foi aprovado por unanimidade com sete votos do PS, cinco votos favoráveis do PSD, quatro votos favoráveis do MCC, dois votos favoráveis do CDS-PP e um voto favorável do CHEGA. ----------

--- **Ponto Catorze - Eleição da Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Santa Cruz das Flores, para apreciação e votação;** ----------

--- Foi apresentada uma única lista para a elaboração do grupo de trabalho da Comissão Permanente, sendo constituída por Danny Mendonça Nóia, Bernadete Nóia Pacheco, Carlos Manuel da Silva, Carla Alexandra Avelar Nóia, Sérgio André Teixeira Ferreira, Anselmo Gaspar Cravinho Furtado e António Florentino Melo Rezendes. ----------

--- Discutido e votado o documento foi aprovado por maioria com dezasseis votos favoráveis e três abstenções. ----------

--- **Ponto Quinze – Eleição dos quatro representantes da Assembleia municipal de santa Cruz das Flores para o Conselho de ilha das Flores, para apreciação e votação;**

--- Foi apresentada uma única lista para a eleição dos quatro representantes para o Conselho de Ilha constituída por Danny Mendonça Nóia, Eduardo Manuel Sousa Melo, Carlos Manuel da Silva e Carla Alexandra Avelar Nóia. ----------

--- Discutido e votado o documento foi aprovado por maioria com dezasseis votos favoráveis e três abstenções. ----------

--- **Ponto Dezasseis – Eleição dos quatros representantes da Assembleia Municipal de Santa Cruz das Flores para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Cruz das Flores, para apreciação e votação.** ----------

--- Foi apresentada uma única lista para a eleição dos quatro representantes para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Cruz das Flores constituída por Sénia Sofia Andrade Câmara, Elmar Filipe Resendes Braga, José Henrique Coelho da Costa e Anselmo Gaspar Cravinho Furtado. ----------

--- Discutido e votado o documento foi aprovado por maioria com dezasseis votos favoráveis e três abstenções. ----------

--- E quando eram dezassete horas e trinta minutos, o Presidente da Mesa deu por encerrada esta sessão da qual se lavrou a presente ata assinada por mim primeiro secretário

e por Hernâni Peixoto que presidiu a reunião.